

# Inovação, Gestão e Sustentabilidade 2

**Jaqueline Fonseca Rodrigues  
(Organizadora)**



**Atena**  
Editora  
Ano 2019

Jaqueline Fonseca Rodrigues  
(Organizadora)

# Inovação, Gestão e Sustentabilidade 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
158	<p>Inovação, gestão e sustentabilidade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inovação, gestão e sustentabilidade; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-405-4 DOI 10.22533/at.ed.054191806</p> <p>1. Desenvolvimento sustentável – Pesquisa – Brasil. 2. Inovação. 3. Tecnologia. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. II. Série. CDD 509.81</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A edição do e book – **Inovação, Gestão e Sustentabilidade** trazem em sua essência o entendimento sobre o impacto gerado pela unificação destes.

**Inovação, Gestão e Sustentabilidade** aborda os desafios para as empresas e a sociedade em relação aos problemas ambientais que se inter-relacionam com a questão econômica. No contexto empresarial, a escassez de recursos naturais impõe a seguinte reflexão: Como inovar e ao mesmo tempo otimizar a sustentabilidade das cadeias de valor? Esta obra pretende contribuir para a compreensão desse contexto, apresentando alternativas analíticas e estratégias para as empresas nesse novo cenário socioeconômico, ambiental e inovador.

A preocupação com **Sustentabilidade** pode lançar as questões de **Inovação e Gestão** para um novo e diferenciado patamar, colocando-a, definitivamente, na ordem do diferencial competitivo.

Pode-se observar que tanto a **Inovação**, quanto a **Sustentabilidade** aliadas à processos de **Gestão** podem se tornarem fundamentais para a promoção da competitividade em contextos regionais e globais, bem como representarem a diferença na obtenção de resultados empresariais.

A busca por organizações “**Sustentáveis**” que sejam modelos de eficiência econômica e ambiental vêm sendo o maior desafio em um cenário globalizado e de constante mutação.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem voltada para os temas destacados, através da apresentação de mudanças climáticas e as consequências ambientais no meio rural; a **sustentabilidade** e o desenvolvimento da suinocultura com **a gestão** de resíduos sólidos; o agronegócio da soja em mato grosso: explorando as fontes de **inovação** e/ou conhecimento; além da contribuição para que se interprete as relações inovadoras, sustentáveis e econômicas em várias outras pesquisas. a preferência pela escolha efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo tema em destaque.

Necessita-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas exibidas, são os mais variados, o que promove uma ótica diferenciada da visão **sustentável**, da **gestão** e da **inovação**, ampliando os conhecimentos acerca dos assuntos apresentados.

A relevância ainda se estende na abordagem de proposições inerentes ao Desenvolvimento Regional e Territorial; Gestão da Produção e Inovação, envolvendo Agroecologia, apresentando questões relativas aos processos que buscam gerar diferencial competitivo.

Enfim, esta coletânea visa colaborar imensamente com os estudos referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos respeitáveis referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de

renome na área científica, que podem contribuir com o tema. Além disso, poderá identificar esses conceitos em situações cotidianas e num contexto profissional.

Jaqueline Fonseca Rodrigues  
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E RIQUEZA: UMA ANÁLISE À LUZ DA CURVA DE KUZNETS	
Raissa Micaroni Marques Ana Helena Nallin Davinha Andrea Rodrigues Ferro	
DOI 10.22533/at.ed.0541918061	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
INFLUÊNCIA DO CARRO <i>FLEX-FUEL</i> NO CONSUMO DE ETANOL ANIDRO E HIDRATADO: UMA BREVE ANÁLISE ESTATÍSTICA	
Guilherme Asai Keila Raquel Wenningkamp	
DOI 10.22533/at.ed.0541918062	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
INSTRUMENTOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS: POSSIBILIDADES NO SEGMENTO DE CAFÉ	
Jaqueline Carolino Sergio Medeiros Paulino de Carvalho Patrícia Pereira Peralta Vera Lucia de Souza Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.0541918063	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
LEVANTAMENTO ANALÍTICO E QUANTITATIVO NA SEPARAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO MANUAL DE PLÁSTICOS NO MUNICÍPIO DE INHUMAS GO	
João Baptista Chieppe Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.0541918064	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>40</b>
LEVANTAMENTO DOS ESTUDOS DE <i>FAIR TRADE</i> APLICADOS AO CAFÉ: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DE 1997 A 2016	
Paulo Fernando Taveira Maselli Sabrina Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0541918065	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>57</b>
LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DA VIABILIDADE NOS NEGÓCIOS E MEIO AMBIENTE	
Dayana Lessa Amorim Laerte Corrêa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0541918066	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>68</b>
METODOLOGIA PARTICIPATIVA TECENDO UMA REDE SOLIDÁRIA	
Kátia Aparecida Santos Alessandra B. Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.0541918067	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA PECUÁRIA LEITEIRA NO PARÁ: UMA APLICAÇÃO DO INSTRUMENTAL ESTATÍSTICO-ECONOMÉTRICO	
André Cutrim Carvalho	
David Ferreira Carvalho	
Raimundo Nelson Souza da Silva	
Gisalda Carvalho Filgueiras	
Carmelita de Fátima Amaral Ribeiro	
Tatiana Pará Monteiro de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0541918068</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>107</b>
O COMPROMETIMENTO COMO UM FATOR CRÍTICO DE SUCESSO EM MODELO DE TRADUÇÃO E CONTROLE DA ESTRATÉGIA EM COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAS PARANAENSES	
Reginaldo Ferreira Barreiros	
Roberto Max Protil	
Vilmar Rodrigues Moreira	
Luiz Carlos Duclós	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0541918069</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>129</b>
O PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (1946-1964) E SEUS IMPACTOS PERCEBIDOS PELOS CENSOS AGROPECUÁRIOS	
Michel Cantagalo	
Carlos Eduardo de Freitas Vian	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180610</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>148</b>
PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA VERDE NO ESTADO DE GOIÁS	
Monyele Camargo Graciano	
Klaus de Oliveira Abdala	
Leandro de Lima Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180611</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>162</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS, COMPRAS SUSTENTÁVEIS E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	
Joabe Alves Carneiro	
Adriana Estela Sanjuan Montebello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180612</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>177</b>
POTENCIAIS AGROGEOTURÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU - ES	
Thaís Bruna Bento	
Daniela Teixeira Carvalho de Newman	
Jaqueline Carolino	
José Albino Newman Fernández	
Paula Vanessa Dias Soares	
Ronielson Xavier de Jesus	
Lucas Medici Macedo Candeias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180613</b>	

**CAPÍTULO 14 ..... 188**

POTENCIALIDADES BRASILEIRAS NA INTEGRAÇÃO DE REUSO DE ÁGUA E PRODUÇÃO BIOENERGÉTICA NA VISÃO DE ECONOMIA CIRCULAR

Priscila Mara Knoblauch  
Caroline Dalastra  
Fábio Spitz Stefanski  
Jessica Zanivan  
Natalia Klanovicz  
Simone Kubeneck  
Gilmar Antonio da Rosa  
Paulo Reis  
Aline Frumi Camargo  
Thamarys Scapini  
Charline Bonatto  
Maria Célia da Silva Lanna  
Paula Rogovski  
Rafael Dorighello Cadamuro  
William Michelin  
Aline Viancelli  
Helen Treichel  
Gislaine Fongaro

**DOI 10.22533/at.ed.05419180614**

**CAPÍTULO 15 ..... 204**

PRINCIPAIS FATORES DA PRÁTICA DA INOVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DA INDÚSTRIA DE CELULOSE

Laura Visintainer Lerman  
Germen Benjamim Correia  
Raquel de Abreu Pereira Uhr

**DOI 10.22533/at.ed.05419180615**

**CAPÍTULO 16 ..... 215**

RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR FEDERAL EM BELÉM (PA)

Dryelle de Nazaré Oliveira do Nascimento  
Tássia Toyoi Gomes Takashima-Oliveira  
Fernanda da Silva de Andrade Moreira  
Gustavo Francesco de Moraes Dias

**DOI 10.22533/at.ed.05419180616**

**CAPÍTULO 17 ..... 233**

RESULTADOS ECONÔMICOS DA ATIVIDADE LEITEIRA DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO

Uellington Corrêa  
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro  
Marcos Aurélio Lopes  
José Willer do Prado  
Bryan William Alvarenga Corrêa  
Francisval de Melo Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.05419180617**

<b>CAPÍTULO 18 .....</b>	<b>246</b>
SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE DE OVELHA NO BRASIL: APLICAÇÃO DO ENFOQUE DE “CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS”	
Fernanda Ferreira dos Santos	
Luciano Brochine	
Rafael Araujo Nascimento	
Rubens Nunes	
Augusto Hauber Gameiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180618</b>	
<b>CAPÍTULO 19 .....</b>	<b>261</b>
INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM NO BRASIL	
Jaqueline Mallmann Haas	
Jairo Alfredo Genz Bolter	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180619</b>	
<b>CAPÍTULO 20 .....</b>	<b>273</b>
TERRITÓRIO, INSTITUIÇÃO E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: CONSTRUINDO A INTER-RELAÇÃO CONCEITUAL	
Walter Luiz dos Santos Júnior	
Ricardo Freitas Martins da Costa	
Fábio André Teixeira	
Rafael Silva Guerreiro	
Mateus Henrique dos Santos Diniz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180620</b>	
<b>CAPÍTULO 21 .....</b>	<b>285</b>
UMA VISÃO REFLEXIVA DA REALIDADE DO ARRANJO APÍCULA, NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM ESTADO DA AMAZÔNIA LEGAL – RONDÔNIA	
Jose Arilson de Souza	
Emanuel Fernando Maia de Souza	
Wellington Silva Porto	
Alexandre de Freitas Carneiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.05419180621</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>300</b>

## INSTRUMENTOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS: POSSIBILIDADES NO SEGMENTO DE CAFÉ

### **Jaqueline Carolino**

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
Vitória (ES)

### **Sergio Medeiros Paulino de Carvalho**

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)  
Rio de Janeiro (RJ)

### **Patrícia Pereira Peralta**

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)  
Rio de Janeiro (RJ)

### **Vera Lucia de Souza Pinheiro**

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)  
Rio de Janeiro (RJ)

**RESUMO:** O artigo aborda o uso de instrumentos de Propriedade Intelectual na indústria de alimentos. No entanto, devido à amplitude e diversidade, e dos diferentes estágios de desenvolvimento dos componentes deste segmento industrial, a análise ocupa-se especificamente da cadeia produtiva do café, segmento relevante para o agronegócio brasileiro. Na elaboração do estudo foram utilizadas múltiplas fontes de informações, com ênfase ao uso de dados secundários, pesquisa bibliográfica e sites especializados, como o objetivo de identificar os distintos instrumentos de Propriedade Intelectual utilizados no segmento, como forma auxiliar para obter a diferenciação, ferramenta essencial de

inserção e manutenção no mercado. Como principais conclusões observa-se não só complementariedade entre os possíveis instrumentos de PI em diferentes etapas do processo inovativo, tais como patentes e DI e, às vezes, a sobreposição, como no caso das marcas e IG's. Nesse sentido, a preocupação quanto à adequação, a complementaridade e a superposição devem fazer parte de discussões futuras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Propriedade Intelectual, Alimentos, Agronegócio, Café.

### INTELLECTUAL PROPERTY INSTRUMENTS IN THE FOOD INDUSTRY: CHANGES IN THE COFFEE SEGMENT

**ABSTRACT:** The article approaches the use of Intellectual Property instruments in the food industry. However, due to the breadth and diversity, and the different stages of development of the components of this industrial segment, the analysis specifically concerns the coffee production chain, a sector relevant to Brazilian agribusiness. In the elaboration of the study, multiple sources of information were used, with emphasis on the use of secondary data, bibliographical research and specialized sites, with the purpose of identifying the different Intellectual Property instruments used in this

segment, as an auxiliary way to obtain differentiation, an essential tool of insertion and maintenance in the market. The main conclusions are not only complementarity between the possible IP instruments in different stages of the innovation process, such as patents and DI and, sometimes, overlap, as in the case of trademarks and GIs. In this sense, concern about adequacy, complementarity and overlap must be part of future discussions.

**KEYWORDS:** Intellectual Property, Food, Agribusiness, Coffee.

## 1 | INTRODUÇÃO

A indústria de alimentos tem dentre os seus setores que merecem destaque o segmento do café. Os principais elos dessa cadeia que, direta ou indiretamente, estão ligados aos processos de produção, beneficiamento, transformação e consumo, podem ser assim divididos: 1) insumos de produção (produtores de insumos, como sementes, defensivos, fertilizantes e máquinas agrícolas); 2) produção em nível da fazenda (abrange a produção rural de café); e 3) beneficiamento e comercialização do grão (maquinistas, corretores, cooperativas, indústrias de torrefação e moagem, indústrias de solúvel, exportadores e distribuidores) (PONCIANO; SOUZA; NEY, 2009; SAES; NUNES, 2001).

Assim, como outras empresas que compõe a indústria de alimentos, as do segmento de café enfrentam constantemente as transformações no comportamento do consumidor e as necessidades de mercado que contribuem fundamentalmente para a diferenciação de produtos e serviços, desde a produção até o consumidor final. Dessa forma, estas empresas necessitam buscar soluções ou processos de inovação que contemplem e incorporem avanços em produtividade, segurança e qualidade, com uma velocidade comparável ou superior à velocidade de avanço tecnológico dos seus competidores.

Neste ambiente compreender o processo de inovação é fundamental. E, segundo Buainain et al. (2013), a compreensão do processo de inovação não é possível sem a discussão dos instrumentos de Propriedade Intelectual (PI), seja para estimular e viabilizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), seja na apropriação dos resultados destes esforços.

Neste sentido, o objetivo do presente estudo é identificar os distintos instrumentos de Propriedade Intelectual na indústria de alimentos, mais especificamente para a cadeia produtiva do café. Justifica-se a escolha do produto devido sua importância no agronegócio brasileiro.

Em seu desenvolvimento foram utilizadas múltiplas fontes de informações, com ênfase ao uso de dados secundários e pesquisa bibliográfica. O artigo foi estruturado em três partes além desta introdução. A segunda parte discorre brevemente sobre os instrumentos de Propriedade Intelectual e a terceira sobre os possíveis instrumentos de Propriedade Intelectual utilizados no segmento do café, procurando-se ilustrar com

alguns casos práticos. Por fim, elaboram-se as considerações finais.

## 2 | INSTRUMENTOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL: BREVES CONSIDERAÇÕES

O sistema de Propriedade Intelectual compreende direitos relativos a três grupos: a) Direitos de Autor e Conexos; b) Propriedade Industrial; e c) Direitos *Sui generis*, como disposto na Figura 1.

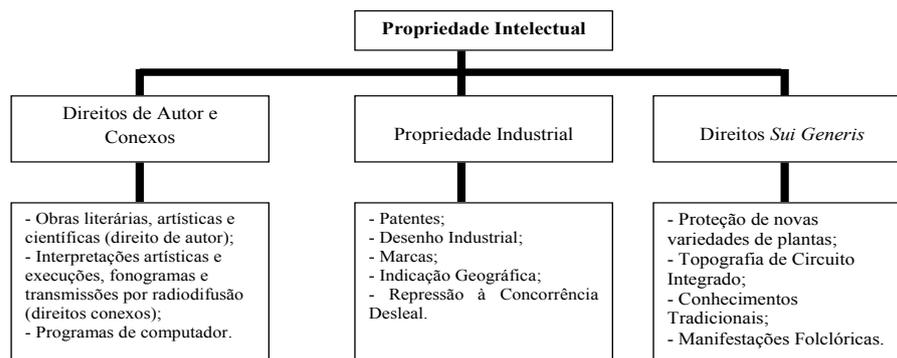


Figura 1– Divisão da Propriedade Intelectual

Fonte: Elaborado a partir de WIPO/OMPI/INPI (2014) e INPI (2019).

A proteção intelectual, tipificada e garantida pelo ordenamento jurídico, não é a única forma de proteção às inovações implementadas. Há outros mecanismos, estratégicos, como o tempo e o custo de imitação, o *lead time* (inovação contínua), bem como o controle sobre ativos complementares e *know-how*. Para cada uma das divisões da Propriedade Intelectual, há um período específico de proteção (WIPO/OMPI (2014), Brasil (1996; 1998 e 2011), INPI (2019)).

Na realidade, as firmas tendem a utilizar mais de um instrumento de Propriedade Intelectual, de forma simultânea ou sequencial em diferentes etapas do processo produtivo. Sob estes aspectos, citam-se a seguir os possíveis instrumentos de Propriedade Intelectual utilizados ao longo da cadeia produtiva do café.

## 3 | EXEMPLOS SELECIONADOS DO USO DE INSTRUMENTOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NO SEGMENTO DE CAFÉ

### 3.1 Cultivar

No Brasil, o órgão responsável para solicitar a proteção de cultivares é o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), criado pela Lei nº 9.456/97, ligado ao Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária (DEPTA) da

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) do MAPA.

O melhoramento do cafeeiro visa, além de aumento da produtividade, à melhoria de outras características agrônômicas como qualidade de bebida, seleção de cultivares adaptadas às diferentes condições e sistemas de cultivo, e resistência às pragas e doenças (MATIELLO et al., 2008).

Atualmente, são 18 cultivares protegidas. Dentre os principais mantenedores de cultivares de café no país, além da pesquisa desenvolvida pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), há os trabalhos de melhoramento conduzidos por instituições como a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), que coordena um programa de melhoramento genético em conjunto com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Fundação PROCAFÉ/ MAPA – que deu sequência aos trabalhos do Instituto Brasileiro do Café (IBC) –, o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e o Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (INCAPER). Esses programas têm proporcionado avanços em relação ao melhoramento genético do cafeeiro no Brasil (MAPA, 2019).

### 3.2 Patente

No Brasil, a patente está regulada entre os artigos 6º e 93 da Lei de Propriedade Industrial nº 9.279 (LPI), de 14 de maio de 1996. A carta patente é expedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que confere ao titular de uma invenção o direito de impedir terceiros, sem a sua autorização, de explorá-la comercialmente. O direito conferido pela patente é direito de Propriedade Industrial, portanto, patrimonial (título de propriedade exclusivo), e temporário. A patente constitui um acordo entre a sociedade, representada pelo poder público, e o inventor. Sua duração varia de acordo com a modalidade da patente depositada, podendo ser de invenção ou de modelo de utilidade (MU). De modo geral, a invenção pode ser definida como uma nova solução (radical ou incremental) para um problema técnico.

Ao longo da cadeia produtiva do café, assim como em outros segmentos do agronegócio, é possível identificar diversos exemplos da utilização de patentes desde os processos de plantio e colheita, passando pela armazenagem e transporte, até a utilização no setor serviços e usuário final. Dentre os diversos exemplos de patentes para o processo de colheita, cita-se a denominada ‘derrigadeira mecânica de café e outros frutos’ sob o nº de patente PI0700905-4. Trata-se de um mecanismo que facilita e agiliza o processo de colheita.

Na etapa de pós-colheita, a análise relativa à qualidade do café é fundamental. Atualmente, esse controle é feito por degustadores especializados. No entanto, surge uma nova tecnologia a base de nanotecnologia que representa uma evolução nas análises relativas à qualidade do café. Trata-se de uma patente de invenção denominada “sensor à base de plásticos condutores e lipídios para avaliação de paladar de bebidas” também conhecido como ‘língua eletrônica’, sob nº de patente no

Desenvolvida pela Embrapa Instrumentação, em parceria com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, a língua eletrônica é um sensor gustativo para avaliação de bebidas. No café, o sensor é capaz de avaliar e classificar, segundo o seu paladar, qualidade, regiões e, possivelmente, produtores, detectar adulterações nos produtos comercializados e/ou produzidos no país. Como resultado, já se conseguiu diferenciar e classificar todos os cafés analisados, como *blends* de arábica e robusta, cafés comerciais tradicionais, superior e gourmet, solúvel e descafeinado (EMBRAPA, 2005).

Após a secagem, o café torrado em grão ou torrado e moído requer sistemas de embalagem que o protejam da exposição a agentes externos, de forma a preservar, e por maior tempo, a qualidade inicial.

De acordo com Wallis; Weil e Madi (2012), as inovações, visando ao atendimento de tais requisitos, estarão associadas a embalagens ativas e inteligentes, a novos materiais de menor impacto ambiental e às nanociência e nanotecnologia. São exemplos dessas embalagens aquelas com os absorvedores de colesterol, os filmes antimicrobianos, as com antioxidantes, as embalagens *self heating* ou *self cooling*. Em termos de embalagens ativas, tem-se a embalagem com válvula *One-Way*, que pode ser encontrada sob o número de patente EP 1 538 107 A2.

Segundo Cesar; De Mori e Batalha (2010), a válvula *one-way* ou unidirecional, ou também chamada de válvula de degasificação unidirecional, consiste em um mecanismo capaz de modificar o ambiente interno da embalagem por meio da expulsão do gás carbônico produzido pelo alimento embalado, no caso o café.

Como exemplo de embalagem *self-heating* para o café, tem-se a depositada sob o número de patente US008360048B. Trata-se de uma lata de alumínio com duas câmaras que contém a bebida na câmara exterior e possui água e óxido de cálcio (CaO), separadamente, na câmara interna.

Quando o dispositivo no fundo da lata é pressionado, a água se mistura com o óxido de cálcio (CaO), começando uma reação exotérmica que aquece o conteúdo da câmara exterior em menos de 3 minutos a 50-55 °C. Um rótulo indicador de temperatura indica quando a temperatura correta para beber foi atingida, mudando de preto para verde. Se temperatura estiver superior a ideal, o selo muda de preto para vermelho.

Em termos de mercado consumidor, a tendência é o consumo de cafés especiais nos lares. Esse fato vem promovendo desenvolvimentos no mercado de cápsulas. O crescimento do mercado de cápsulas, em nível mundial, está em torno de 25% ao ano. As vendas concentram-se, ainda, nos países europeus, EUA e Japão. As cápsulas são protegidas por patentes. No entanto, esse mercado é dependente de outra ferramenta, a máquina de café para cápsulas.

O segmento de mercado no qual as cápsulas estão inseridas ainda é incipiente em nível nacional. Atribui-se a esse fraco desempenho ao fato de o citado segmento ainda ser considerado de luxo e não acessível à grande parte da população.

### 3.3 Desenho Industrial

Segundo Fávero e Pimentel (2012), o desenho industrial (DI) é uma alternativa para agregar valor ao agronegócio, porque trata de uma diferenciação estética aplicada a um objeto, como o são os padrões gráficos aplicados a um produto ou a sua embalagem, bem como as formas diferenciadas aplicadas aos mais diversos objetos, visando promover a diferenciação e a dinâmica concorrencial entre as empresas.

Vale ressaltar que, no Brasil, o objeto no qual está incorporado um DI tem sua configuração externa protegida por meio de registro e não de patente, como ocorre em outros países. Outros aspectos do projeto de *design*, não contemplados pelo registro de DI, como, por exemplo, a funcionalidade, as vantagens práticas e tipos de materiais ou o processo de fabricação, podem, dependendo do caso, ser protegidos por outros mecanismos de proteção, quais sejam: patentes de invenção, patentes de modelo de utilidade.

Segundo a LPI, em seus artigos 94 a 121, para a concessão, o DI deve ser novo, ou seja, sua forma (ou padrão) não pode estar compreendida no “estado da técnica”, além de ser original, quer dizer, devendo, portanto, possuir características que o diferenciem em relação a outros objetos anteriores. Além disso, o DI, para poder ser registrado, deve ser passível de fabricação industrial não sendo uma mera obra de arte (como uma escultura, uma fotografia ou uma pintura, por exemplo). No Brasil, o registro é concedido pelo INPI ao autor ou a outra pessoa física ou jurídica titular dos direitos sobre a composição ornamental do seu design. O DI requerido deve ser classificado em uma categoria de produtos, conforme o constante da ‘Classificação de Locarno para Desenhos Industriais’ adotada pelo INPI. Nesta classificação existem 31 classes de produtos, divididas em subclasses.

Há várias possibilidades de registros de DI relativos ao segmento do café, como contêineres para as mais diversas modalidades de armazenamento e transporte, pallets, embalagens para produtos a granel ou líquidos, dentre outros. As próprias máquinas e implementos agrícolas, bem como ferramentas, podem ser objeto de registros de DI. Os desenhos da agroindústria, em geral, podem estar na classe 15-03. A classe 15 é para máquinas, sendo a subclasse 03 para máquinas agrícolas. Sob este código é possível encontrar configurações visuais aplicadas a máquinas de ordenhar, arados, semeadeiras, dentre outras. No entanto, a classificação é mera ferramenta para facilitar a busca e o processamento de pedidos, pois outros desenhos que são aplicados à cadeia do café podem não estar dispostos na mesma classe.

Assim ocorre, por exemplo, com a configuração aplicada em máquina de café expresso e com a configuração aplicada à cápsula de café. Estas estão nas classes 23-01 (Equipamentos de distribuição de fluidos); 07-04 (Aparelhos e utensílios de operação) e 09-05 (sacos, saches, tubos e cápsulas), respectivamente.

Percebe-se que estes últimos exemplos de DI requeridos junto ao INPI também podem estar protegidos como modelos de utilidade, devido a possíveis melhorias no

uso ou na funcionalidade. Segundo Carvalho et al. (2007), além da associação com modelos de utilidade e patentes de invenção, sempre que possível, o uso conjugado da proteção dos desenhos como marca tridimensional pode perenizar parte dos direitos sobre os desenhos, aumentando, portanto, seu valor. Essa prática é ainda pouco utilizada pelas empresas brasileiras, mas remete ao uso estratégico de um portfólio de proteções que pode ser, quando bem gerenciado pelo titular, um estratagema de diferenciação e de agregação de valor para a empresa.

### 3.4 Marca

No Brasil, a proteção de marcas é regulada pelo contido na LPI. Nesta Lei, encontra-se disposto, por meio do Art. 122, o que pode vir a ser marca registrada no Brasil. Assim, a marca, para fins de registro junto ao INPI, deverá ser constituída por sinal distintivo visualmente perceptível não compreendido nas proibições legais (BRASIL, 1996).

Os sinais distintivos podem englobar qualquer tipo de sinal que tenha a capacidade de distinguir produtos e serviços no mercado. Tais sinais podem ser constituídos, por exemplo, por expressões, figuras, termos do vernáculo ou termos inventados, além de uma diversidade de outros símbolos.

Quando a LPI estipula que tais sinais devem ser visualmente perceptíveis, a mesma restringe que sinais percebidos por outros sentidos, que não o da visão, possam vir a ser registrados, como são os casos das marcas sonoras e olfativas, sinais, estes, protegidos em legislações de outros países. Já as proibições legais podem ser divididas em absolutas e relativas. Estas dizem relação a direitos de terceiros, como são outros direitos de propriedade intelectual ou os direitos de personalidade. Aquelas, fazem referência a não concessão de sinais por conta do interesse público de que tais sinais permaneçam disponíveis (GONÇALVES, 2003). Quanto à sua natureza, as marcas podem ser divididas em três categorias: 1) marcas de produto ou serviço, 2) marcas de certificação e 3) marcas coletivas. A maior parte das marcas enquadra-se nas duas primeiras categorias, ou seja, produto ou serviço.

Em se tratando do segmento de café, têm-se como pedidos deferidos de marcas pelo INPI, os seguintes exemplos: como marcas de produto ou serviço a Du Pont (no segmento de fertilizantes) e Melitta, Nespresso, Tres (no segmento da produção e comercialização); como marcas de certificação têm-se IBD e Demeter; e como marcas coletivas “Q Qualidade ABIC” e Café Sustentáveis do Brasil.

Ainda, segundo Barbosa e Regalado (2013), a valorização do produto por meio de informações transmitidas por estes sinais baseia-se na relação de confiança entre produtor e consumidor. Isso confere ao detentor da marca uma vantagem competitiva que, no caso da marca coletiva, é incrementada pela divisão dos custos entre a coletividade diante dos riscos da implementação de uma marca própria. Em todos os casos, sem a marca, a concorrência aconteceria basicamente via preços e o processo

de compra de um produto ou aquisição de um serviço seria extremamente custoso para o consumidor. A marca é uma diferenciação que diminui a assimetria de mercado e otimiza o processo de escolha (RAMELLO, 2006).

### 3.5 Indicação Geográfica

Em nível nacional, a LPI, em seus artigos 176 a 178, não traz em seu texto uma definição direta sobre o que seja uma Indicação Geográfica (IG), determinando apenas suas modalidades: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO), sem estabelecer hierarquia entre elas.

A IP pode ser aplicada a qualquer produto ou serviço proveniente de uma dada área geográfica, desde que haja notoriedade e reconhecimento pela produção, extração ou fabricação de determinado produto ou serviço, possibilitando, dessa forma, a agregação de valor ao produto quando indicada a sua origem. Ela visa a proteger a relação entre produto ou serviço e sua reputação, em razão de sua origem geográfica específica.

Por sua vez, a DO pode ser usada por produtor ou prestador de serviço que possua propriedade em uma dada área geográfica, cujo meio geográfico afete de forma visível e mensurável o resultado final dos produtos e/ou serviços produzidos na localidade. Estes produtos e/ou serviços devem possuir qualidades e características devidas exclusivamente e essencialmente ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos.

Das 64 concessões de IP (46) e DO (18) liberadas no Brasil no período de 2002 a 2018, 75% são referentes a alimentos e bebidas. O produto com o maior número de concessões é o vinho, com 13 IG's, seguido pelo café, com 6 IG's (Mantiqueira de Minas (IP), Monte Pioneiro do Paraná (IP), Alta Mogiana (IP), Região do Cerrado Mineiro (IP e DO), Região do Pinhal (IP)) (INPI, 2019). Destaca-se que neste segmento, por enquanto, há somente uma DO que foi concedida à Região do Cerrado Mineiro. Os registros de IG foram concedidos em nome de associações, cooperativas, sindicatos ou confederações, representantes processuais dos produtores e prestadores locais situados na região demarcada para a requisição da IG.

Cabe ressaltar que a Instrução Normativa nº 25 de 2013 do INPI descreve os registros de IG, seja de IP, seja de DO, como de caráter declaratório. Infere-se, a partir disso, que o ato de registrar resulta no reconhecimento de características e condições pré-existentes da região produtora ou prestadora de serviços para a qual o registro é requerido. A modificação ou o desaparecimento destas condições descaracteriza o fundamento do registro, sendo, portanto, indispensável à manutenção das singularidades locais, incluindo aquelas relativas ao meio ambiente – sobretudo no caso das DO's, que relacionam diretamente a qualidade do produto ou serviço aos fatores naturais presentes no meio geográfico.

Sob estes aspectos, a IG no segmento de café pode agregar valor ao produto ao

longo de sua cadeia produtiva gerando emprego e renda, pois atua como ferramenta de valorização de um produto típico e seus aspectos históricos e culturais, conservação da biodiversidade e desenvolvimento rural. Adicionando-se, ainda, sua função na valorização do artesanato, dos imóveis e demais produtos da região, bem como de incentivo ao turismo.

### 3.6 Direito de Autor

A Lei de Direitos Autorais, nº 9610 de 1998, também conhecida como LDA, altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais no Brasil; e, ainda adequa a legislação sobre a matéria ao marco institucional no âmbito internacional. Em seu artigo 7º, se encontram algumas obras que são passíveis de proteção, a partir de um rol exemplificativo. Dentre as quais se citam: livros literários e técnicos, roteiros de filmes; fotografias, desenhos, pinturas, gravuras, esculturas, ilustrações e cartas geográficas; projetos, esboços e obras plásticas relacionadas à geografia, à engenharia, à topografia, à arquitetura, ao paisagismo, à cenografia e à ciência; coletânea, enciclopédias, dicionários, base de dados e, também, os programas de computador que possuem regulamentação própria (Lei 9609/1998). Ou seja, toda criação do espírito é protegida pelo direito de autor, não sendo o seu registro obrigatório, pois se entende ser o ato da criação aquele que dá início à proteção. O Quadro 1 apresenta alguns exemplos de obras intelectuais passíveis de proteção autoral geradas e difundidas no segmento de café.

<b>Categorias</b>	<b>Obras</b>	<b>Exemplos</b>
Produção técnico-científica	Obras literárias: artigos (em anais de congresso e em periódicos), livros, série Embrapa (boletim de pesquisa, documento circular e comunicado técnico)	1) Anais do Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil 2) Anuário da Agricultura Brasileira (Agrianual)
Desenvolvimento de tecnologia e produtos	Software, serviços de informação web, imagens de satélite, mapas de gestão ambiental e agroclimatológicas.	1) Sistema Nutri-UFV: Café Arábica (usando ferramenta de modelagem recomenda corretivos e fertilizantes e manejo nutricional das culturas) 2) SCAFC - Sistema para Cálculo de Área Foliar de Café (apenas a interface gráfica das páginas da web)
Produção da imagem institucional	Programas de TV/DVD/vídeo, fotografia, material didático de cursos, programa de rádio;	1) A empresa Delta Cafés gerencia um Centro de Ciências do Café localizado em Campo Maior/Portugal - a utilização de fotografias, de filmagens dos espaços e de coleções geridos pelo Centro necessita de autorização prévia para não incorrer em pagamento de direitos de autor. 2) Programa de rádio Prosa Rural da Embrapa - é distribuído gratuitamente para todo o Brasil.

Quadro 1 – Exemplos de Obras Intelectuais Passíveis de Proteção Autoral Geradas e Difundidas no Segmento de Café

Fonte: Elaboração própria com base em Mendes, Ribeiro e Buainain (2015) e material de divulgação.

Logo, no agronegócio como um todo, incluindo o café, a utilização de publicidade, folhetos informativos, *outdoor*, fotografia ou música para comercialização de produtos faz-se necessária a consideração de questões relacionadas a direitos de proteção sobre as referidas obras, muitas vezes protegidas pelo direito autoral.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificou-se nas diferentes etapas da cadeia produtiva do café o uso de diferentes instrumentos de Propriedade Intelectual (cultivares, patentes, marcas, desenhos industriais, indicações geográficas e direitos de autor) como ferramenta de estímulo à inovação e à expansão da atividade, pois, por meio deles, cria-se a possibilidade de exploração exclusiva do produto que, quando bem utilizada, promove a valorização desse produto no mercado. No entanto, percebe-se, ainda, que há complementariedade entre os possíveis instrumentos de Propriedade Intelectual ao longo da cadeia produtiva do café em diferentes etapas do processo inovativo, tais como patentes e DI e, às vezes, sobreposição, como no caso das marcas e IG's. Nesse sentido, a preocupação quanto à adequação, à complementariedade e à superposição devem fazer parte de discussões futuras.

Isto posto, torna-se cada vez mais premente a utilização estratégica de um portfólio de Propriedade Intelectual pelas empresas brasileiras que ainda, timidamente, despertam para essa possibilidade. Em um mundo no qual a diferenciação tornou-se peça essencial de inserção e manutenção no mercado, os direitos de Propriedade Intelectual servem como uma forma auxiliar de obter essa diferenciação. Esse uso estratégico da Propriedade Intelectual não se restringe a segmentos, mas abrange a todos. O setor de café, nesse sentido, em nada se diferencia de outros. Apenas há que se ter a sensibilidade e o senso apurado para verificar que instrumentos mais se adequam a estrutura de cada empresa ou empresas; e, em que medida os utilizar de forma a potencializar a exploração exclusiva e criar a diferenciação em relação aos demais concorrentes.

#### REFERÊNCIAS

BARBOSA, P. M. S.; REGALADO, P. F.. Determinação de origem, empoderamento dos produtores, redução de custos, riscos e desenvolvimento local: os múltiplos usos da marca coletiva nos mercados de café. **VIII Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil**. 25 a 28 de novembro de 2013, Salvador – BA. Disponível: <<http://nbcgib.uesc.br/nit/ig/app/papers/0613190112133119.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9609.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9609.htm)>. Acesso em 10 ago. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243240>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Proteção de Cultivares no Brasil**. Brasília: Mapa/ACS, cap. 1, p. 40, 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA 2019. **Cultivares Protegidas**. Disponível em:<<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/cultivares-protegidas>>. Acesso em:13 mar. 2019.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (2013) Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Ano XXII, n. 2, p. 105-121, abri./maio/jun. 2013.

CARVALHO, S. M. P.; ÁVILA, J.; CHAMAS, C. I.; FERREIRA, C. R.. Propriedade do Desenho Industrial na Dinâmica da Inovação nas MPMEs Brasileiras. Situação Atual e Perspectivas. **Ciência e Cultura** (SBPC), São Paulo, v. 59, p. 45-49, 2007.

CÉSAR, A. S.; DE MORI, C.; BATALHA, M. O.. Inovações tecnológicas de embalagens nas indústrias de alimentos: estudo de caso da adoção de embalagem ativa em empresas de torrefação de café. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, 2010. p. 355-378.

CURSO Geral à distância de Propriedade Intelectual – DL 101P BR. WIPO/OMPI/INPI, 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Língua eletrônica brasileira já é a mais falada no mundo. Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

FÁVERO, K. C.; PIMENTEL, L. O.. Desenho Industrial. In Curso de Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. 3. Ed. Ver. e atual. Brasília: MAPA; Florianópolis: EaD/UFSC, 2012. p.154-169.

GONÇALVES, L. M. C.. **Direito de marcas**. Coimbra: Almedina, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Serviços. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2019.

MATIELLO, J. B.. Critérios para a escolha de cultivar de café. In: CARVALHO, H. S. **Cultivares de café: origem, características e recomendações**. Brasília: Embrapa café, 2008. v. 1, p.157-226.

MENDES, C. I. C., RIBEIRO, G. G., BUAINAIN, A. M.. Direito Autoral na Agropecuária: Relato da Experiência da Embrapa. In: BUAINAIN, A. M., BONACELLI, M. B. M., MENDES, C. I. C... **Propriedade intelectual e inovações na agricultura**. Brasília; Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, IdeiaD, 2015. p. 263-284.

PONCIANO, N. J.; SOUZA, P. M.; NEY, M. G. Ajustamentos na cadeia agroindustrial do café brasileiro após a desregulamentação. **Revista IDeAS**, v. 3, n. 2, p. 256-287, jul./dez. 2009.

RAMELLO, G.. What's in a sign? Trademark law and economic theory. In: **Journal of economic surveys**. V.20, n. 4, Blackwell Publishing, 2006.

SAES, M. S. M.; NUNES, R. O desempenho das MPEs na indústria de torrefação e moagem de café. SEBRAE, SP. **Relatório de pesquisa**, 2001. Disponível em:<[https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/desempenho\\_mpe\\_cafe.pdf](https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/desempenho_mpe_cafe.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2018.

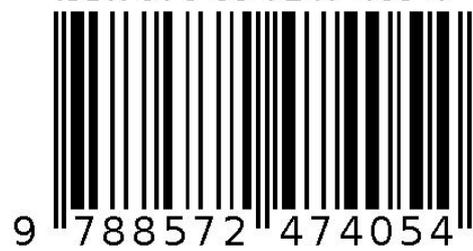
WALLIS, G.; WEIL, D.; MADI, L. F.C.. O Mercado de Embalagem: Mundo e Brasil. In: SARANTÓPOULOS, C. I. G. L.; REGO, R. A. (Orgs.). **Brasil Pack Trends 2020**. 1. ed. Campinas: ITAL, 2012. p. 12. Disponível em:<<http://www.brasilpacktrends.com.br/br/>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**JAQUELINE FONSECA RODRIGUES** – Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Professora Universitária em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, atuando na área há 15 anos; Professora Formadora de Cursos de Administração e Gestão Pública na Graduação e Pós-Graduação na modalidade EAD; Professora-autora do livro “Planejamento e Gestão Estratégica” - IFPR - e-tec – 2013 e do livro “Gestão de Cadeias de Valor (SCM)” - IFPR - e-tec – 2017; Organizadora dos Livros: “Elementos da Economia - 1”; “Conhecimento na Regulação no Brasil” e “Elementos da Economia - 2” - Editora Atena – 2018 e 2019 e Perita Judicial na Justiça Estadual na cidade de Ponta Grossa – Pr.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-405-4



9 788572 474054